

A encruzilhada do Real

ESTADO DE SÃO PAULO



**PSDB e PFL
prosseguem
na ação
canibalesca
de demolição
do Estado**

Um ano e nove meses de mandato e há pouco a comemorar: apenas a estabilidade da moeda conseguida no governo anterior. Nesta quase eternidade, o governo não realizou absolutamente nada de construtivo. Pelo contrário, dedicou-se à demolição da Constituição de 1988, do Estado, do sistema produtivo, da sociedade, das instituições e da própria democracia. Os poucos investimentos externos fixos, anunciados, são para médio e longo prazos e, assim mesmo, de indústrias poluentes, que perderam espaço na estratégia de desenvolvimento do Primeiro Mundo.

Para assegurar a estabilidade do Real, o governo manteve a paridade cambial e provocou a recessão da economia, adotando, desde março de 1995, medidas neoliberais, como a restrição de crédito, a alta da taxa de juros e o arrocho salarial. Desde sua posse, o governo pôe em prática uma política de "dumping" no comércio exterior, com a volta gradual das alíquotas e empecilhos às importações e dos subsídios às exportações.

Os resultados dessa política foram a desaceleração da economia, a partir do primeiro semestre de 1995; o aumento do número de falências e o aprofundamento das crises sociais, como o desemprego, a miséria, a fome e a violência urbana e rural.

Com o aumento da recessão, voltou-se a discutir, este ano, a saída da crise. Três alternativas se apresentavam. A primeira seria continuar a política atual, com todos os riscos que envolve.

A segunda postulava a redução dos juros, a expansão das exportações, mediante a valorização do

dólar, e a inversão da política de atração de capitais externos de curto prazo. A expansão das exportações acarretaria o aumento do emprego interno, enquanto a redução dos juros determinaria o aumento da propensão a investir da economia e dos investimentos. Os capitais externos especulativos cederiam lugar a investimentos diretos, que proporcionassem o aumento da renda interna, além de novos empregos e tecnologia de ponta. O crescimento econômico traria de volta, entretanto, uma certa taxa de inflação, passível de controle na opinião de seus adeptos. Esta proposta tem sido apresentada, às vezes, como uma "política de desenvolvimento econômico", naquele sentido clássico que resgata a velha dualidade que diz ser preferível o crescimento com inflação à estabilidade de preços com estagnação econômica. Nesta perspectiva, a atual política de estabilização é vista como uma decorrência do interesse eleitoral do presidente, e não como uma conquista da sociedade.

A valorização do dólar aumentaria a receita dos exportadores, atendendo aos interesses internacionais preocupados em transformar o País numa plataforma de exportações, a exemplo do Laos, do Camboja. Haveria, também, a volta da conhecida espiral inflacionária — para festa dos banqueiros —, com todas as seqüelas sociais que vivenciamos durante décadas de inflação, já que não há razões teóricas ou práticas que nos levem a acreditar que os preços possam ser contidos num patamar reduzido. Seria o fim do Plano Real. As propostas que se filiam a esta alternativa não ofe-

recem a saída de que a economia brasileira precisa, e devem ser vistas, pois, com reservas.

A verdadeira saída do impasse econômico a que chegamos é a do desenvolvimento econômico com estabilidade de preços. Isso implica manter a paridade cambial e a abertura das importações, ou seja, a âncora cambial, o único instrumento realmente eficaz de controle indireto de preços.

Neste modelo, o motor do crescimento só pode ser o mercado interno, já que a tendência fortemente exportadora e a competitividade crescente do mercado mundial tornam inviável qualquer idéia de crescimento econômico sustentado, fundado nas exportações, para os próximos anos. Os incentivos concedidos às exportações apenas beneficiariam as empresas multinacionais, que já possuem mercados cativos no Exterior. Seria imprescindível, portanto, a recuperação da renda, da demanda efetiva e do consumo interno. Por exemplo, o governo poderia determinar a reposição salarial mensal, com base na inflação do mês anterior, em geral, nos próximos dois anos. Ademais, haveria um aumento mensal real dos salários de 2% para a faixa de um a três salários mínimos; de 1,5% para a faixa de três a cinco salários mínimos; de 1% para a faixa de cinco a sete salários mínimos; e de 0,5% para a faixa de sete a dez salários mínimos.

Por outro lado, uma política de financiamentos e incentivos à produção seria inócua, pois, em épocas de recessão, tais recursos acabam sempre desviados para a cobertura da inadimplência das empresas. A tese clássica de J. B. Say, de que a "oferta cria a própria procura", não funcionou durante a "grande depressão" dos anos 30 nem funcionará na recessão brasileira.

A retomada do desenvolvimento exigiria, portanto, o fim das políticas de arrocho salarial e de

recessão do governo e a adoção de uma política de rendas que aumentasse de forma gradual e sustentada a massa salarial da economia. Outras medidas, como a queda das taxas de juro, a reforma do Banco Central, a preparação de um projeto para o País, fazem-se necessárias e urgentes.

Enfim, faz mais de um ano que o impulso desenvolvimentista dado pela estabilização do Real já se esgotou, e o governo nem cogita de mudar sua política recessiva. As mudanças recentes apenas tornaram mais agressiva, com Dornelles, a política de "dumping" no comércio exterior, que o governo adotou desde sua posse, em janeiro de 1995.

A isenção do ICMS, que o governo vem de conceder aos exportadores, por sua vez, ao reduzir a receita dos Estados, somente pode agravar a crise. Esta medida, conjugada com o fim da estabilidade dos servidores, provocaria demissões em massa de servidores estaduais, aprofundando a recessão e a crise atual.

Saída técnica existe, mas implicaria mudar tudo o que o governo fez e foi até agora, rompendo as bases da aliança que o elegeu, e isso o governo jamais fará.

A aliança PSDB-PFL prossegue obstinada na sua ação canibalesca de demolição do Estado, de destruição do sistema produtivo e de massificação da miséria, transformando o País na União Soviética do Terceiro Mundo e o presidente, no Boris Yeltsin tupiniquim. Aos que chamam a isso de modernidade, devemos lembrar que faz mais de dois séculos que Adam Smith demonstrou ao mundo que a riqueza de uma nação se mede pela riqueza do povo, e não pela riqueza de seus príncipes.

■ Mauro Leite de Magalhães Pinto, doutor em Economia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, França), foi professor de economia financeira e monetária da UnB